

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Vianna, Luciano José

A historiografia medieval e a escrita da História: os objetos impressos do Livro dos Feitos
(1557)

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 20, núm. 3, 2016, pp. 30-41
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

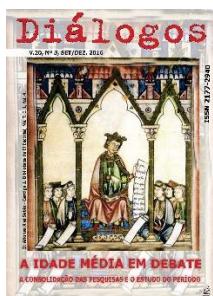
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305549840004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



A historiografia medieval e a escrita da História: os objetos impressos do *Livro dos Feitos* (1557)¹

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20i3.33669>

Luciano José Vianna

Professor adjunto da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina. Doutor em Cultures en contacte a la Mediterrània pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Membro do Institut d'Estudis Medievals (UABIEM). Coordenador do Spatio Serti Grupo de Estudos em Medievalística (UPE/Campus Petrolina), luciano.jose.vianna@gmail.com

Resumo

O *Livro dos Feitos* é uma obra que apresenta as principais conquistas no âmbito da Reconquista realizadas pelo rei Jaime I de Aragão (1208-1276). Os objetos que formam sua tradição textual apresentam não somente as características do primeiro texto produzido pelo rei, mas também destacam as modificações/manipulações que foram acrescentadas aos diversos objetos da tradição textual no decorrer dos séculos. Neste artigo, apresentamos um dos objetos desta tradição textual, especificamente a edição R-15398 da Biblioteca Nacional de Espanha, e analisamos a relação entre o mesmo e sua historicidade.

Abstract

The medieval Historiography and the writing of History: the printed objects of the Book of Deeds (1557)

The *Book of Deeds* is a work that presents the main conquests, at the Reconquest level, got by James I of Aragon (1208-1276). The objects that give its textual tradition presents not only the aspects of the first text produced by the king, but also they highlight the modifications/manipulations which were added to the several objects of the textual tradition during centuries. In this article we present one of the objects of this textual tradition, specifically the edition R- 15398 of the Biblioteca Nacional de España, and we analysed the relation between this one and his historicity.

Resumen

La historiografía medieval y la escrita de la Historia: los objetos impresos del Libro de los Hechos (1557)

El *Libro de los Hechos* es una fuente que presenta las principales conquistas realizadas durante la Reconquista por el rey Jaime I de Aragón (1208-1276). Los objetos que componen su tradición textual presentan no solamente las características del primer texto producido por el rey, sino también destacan las modificaciones/manipulaciones que fueron agregadas a los diversos objetos de la tradición textual durante los siglos. En este artículo, presentamos uno de los objetos de esta tradición textual, específicamente la edición R- 15398 de la Biblioteca Nacional de España, y analizamos la relación entre la misma y su historicidad.

Keywords:

Tradição manuscrita; imprensa;
Livro dos Feitos; historicidade

Palabras clave:

Tradición manuscrita; imprenta;
Libro de los Hechos; historicidad.

Artigo recebido em 30/09/2016. Aprovado em 05/12/2016

¹ Este artigo constitui um dos capítulos de minha tese de doutorado intitulada *El significat històric de la tradició textual del Llibre dels Fets. 1343-1557*, (Departament de Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana – Universitat Autònoma de Barcelona, 2014), recentemente indicada ao *Premio Extraordinario de Doctorado* da Universitat Autònoma de Barcelona.

Introdução

Um dos diversos aspectos da historiografia medieval é a formação de tradições textuais, ou seja, a manifestação de diversos objetos historiográficos referentes ao mesmo texto compostos durante um período de tempo. Esta é uma das características da tradição textual do *Livro dos Feitos*, a qual se estende entre os anos de 1343 e 1779. Este texto, originalmente ditado pelo rei Jaime I de Aragão aos seus escribas (AINAUD DE LASARTE, 1962, p. 131-136), o qual também é o protagonista da narrativa, apresenta o caráter autobiográfico devido a constante aparição do “eu” do autor na narrativa (AURELL, 2008, p. 301-318). O conteúdo da narrativa do *Livro dos Feitos* está inserido no contexto peninsular medieval ibérico da Coroa de Aragão, destacando as principais conquistas de Jaime I no âmbito da Reconquista.

Cada objeto da tradição textual do *Livro dos Feitos* apresenta uma relação entre as características do objeto original e a historicidade do contexto no qual cada novo objeto fora composto, e a importância de se estudar esta relação resulta no fato de que a mesma indica as características da escrita da história no medievo e, portanto, da historiografia medieval. Desse modo, a intenção deste artigo é não somente apresentar um dos objetos desta tradição textual, a edição R-15398 da Biblioteca Nacional de Espanha, mas também analisar a relação entre a mesma e sua historicidade a partir da perspectiva da intencionalidade política de sua composição.

A partir de uma perspectiva de autoria medieval (CHENU, 1927, p. 81-86; TEEUWEN, 2003, p. 222-223) os objetos que

formam a tradição textual do *Livro dos Feitos* apresentam não somente algumas características originais do primeiro objeto produzido pelo rei, ou seja, pelo seu *auctor*, mas também destaca as diversas e importantes modificações/manipulações dos diversos patrocinadores/*actores* que os compuseram no decorrer do tempo. Neste artigo veremos o exemplo dos primeiros objetos impressos do *Livro dos Feitos*, tanto a edição como a emissão, impressas no ano 1557 (Biblioteca Nacional de Espanha, edição R-15398; AGUILÓ, 1977, p. 680).²

Perspectivas teóricas de aproximação aos objetos de estudo

Uma das principais ideias de Hayden White relacionada à composição de um discurso é a de discurso histórico. Esta ideia fundamenta-se na existência do passado, do qual se pode falar significativamente: ao existir um passado pode existir um discurso histórico. White afirma que o objeto que o discurso histórico produz por meio da composição de uma interpretação narrativa é o texto historiográfico. O produto do discurso histórico, portanto, sempre tem a narração como o principal meio de representação. No final, o produto desta transformação do discurso histórico é o texto historiográfico (WHITE, 1999, p. 2-3). A ideia de discurso histórico e sua transformação em texto historiográfico é crucial para compreender a composição dos objetos da tradição textual do *Livro dos Feitos*: cada objeto desta tradição textual foi composto em um contexto distinto do primeiro objeto e foi materializado, ou seja, transformado em um texto historiográfico sob condições históricas e sociais diferentes. Como que cada objeto da

² A definição de “edição” e “emissão” é dada por Rosa Maria Gregori Roig: “La unitat de composició tipogràfica dels dos exemplars és essencialment única; només té variacions lleugeres i intranscendents. Per aquesta raó hem de parlar d’una primera *edició*, la *prínceps* (...) (perquè és aquella que està basada en un original manuscrit, és a dir, no imprimès anteriorment) i d’una *emisió posterior*.” GREGORI ROIG, Rosa Maria. Introducció. In: *Chronica, o commentari del gloriosíssim, e invictíssim rey en Jacme per la gracia de Deus Rey de Aragó, de Mallorques, e de València, Compte de Barcelona, e de Vrgell, e de Muntpesller: feita e scrita per aquell en sa llengua natural, e treyta del Archiu del molt Magnífich Rational de la insigne ciutat de València hon staua custodiada. Has affixit la interpretació y exposició de les dictions obscures*, 1557. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert/Quinta Impresión, S. L., 2007, p. 5-38.

tradição textual do *Livro dos Feitos* tem a narração como principal representação, e como que no momento da composição de cada objeto desta tradição textual já se conhecia a vida do rei Jaime I, da qual se poderia falar significativamente, consideramos cada produto desta tradição textual como um texto historiográfico.

De acordo com Gabrielle M. Spiegel, todo estudo historiográfico que tenha a perspectiva texto-contexto deve considerar os seguintes aspectos sobre os textos: 1) ocupam determinados espaços sociais como produtos do mundo social de seus autores, refletindo e gerando realidades sociais; 2) representam os usos locais da linguagem; 3) contêm um conjunto de representações que se originam no contexto social e nas redes de comunicação nas quais foram elaborados; 4) refletem em sua materialidade as inseparáveis práticas discursivas e materiais e 5) devem ser analizados destacando o momento de sua criação, ou seja, o momento em que o mundo histórico foi internalizado no texto (SPIEGEL, 1990, p. 77). Por este motivo, Spiegel decidiu que utilizaria em seus estudos as ferramentas dos historiadores sociais e dos historiadores da literatura (SPIEGEL, 1999, p. 9). Assim, o texto historiográfico se encontra inserido em um contexto de composição, e se desejamos compreender seu significado original devemos estudar suas características textuais, materiais e visuais a partir deste mesmo contexto, já que é necessário considerar a interação texto-contexto para descobrir o motivo da composição de um texto historiográfico. Há, portanto, uma interação entre o texto historiográfico de White, composto em um determinado contexto histórico, e o contexto histórico de Spiegel, que influencia na composição deste texto historiográfico.

A transformação do discurso histórico em texto historiográfico depende da interpretação dos patrocinadores e dos *actores* que formam parte de um determinado contexto histórico. Tal interpretação influencia não somente na composição da narração, mas

também na composição dos elementos materiais, gerando, portanto, um significado. Este significado é descoberto quando analizamos suas características como um todo e as interpretamos a partir do seu contexto e condições de produção. Neste sentido, as observações de Roger Chartier são cruciais, pois considera que a interação entre as obras (em nosso caso, o texto historiográfico de White) e o mundo social (ou seja, o contexto histórico de Spiegel) não consiste somente na apropriação estética e simbólica dos objetos, linguagens e práticas rituais e cotidianas, mas também é representada pelas relações entre o texto e suas materialidades, a obra e suas inscrições. O artefato que continha o passado transformava-se, portanto, em um transmissor, um objeto no qual se articulavam as ideias do presente, em uma tentativa de mudar o passado, representar as gestas e utilizar a história. Portanto, quando estudamos a relação entre um texto e seu contexto devemos considerar não somente a apropriação dos patrocinadores e *actores* do objeto historiográfico em um determinado contexto, mas também o significado do artefato a partir de suas características materiais (CHARTIER, 2005, p. 9-10).

Ao considerar os três níveis de aplicação teórica citados anteriormente (White, Spiegel e Chartier), podemos afirmar que existe um texto historiográfico (White), que foi composto em um contexto histórico (Spiegel) no qual o texto não somente foi apropriado, mas também foi produzido com características próprias que lhe conferiram um significado (Chartier). Será esta perspectiva que adotaremos para analisar a composição da edição e da emissão impressas do *Livro dos Feitos* de 1557.

Os objetos impressos do *Livro dos Feitos* de 1557: a historiografia medieval e a escrita da história

Durante o Medievo, escrever a história significava transferir para o passado os acontecimentos contemporâneos e estabelecer

em uma mesma dimensão os preceitos do tempo pretérito e a problemática do presente com a finalidade de transmitir à posteridade o legado histórico (SPIEGEL, 1999, p. 1-2). Neste processo, o livro era um dos objetos utilizados para realizar esta transmissão. Neste sentido, é importante investigar as condições de produção, as quais podem ser mais complexas do que parecem, os seus diversos significados e as questões materiais, que podem oferecer informações decisivas sobre os seus estudos (McKENZIE, 1999, p. 3-4). Assim, o livro poderia ser utilizado pela autoridade que havia patrocinado sua composição (CHARTIER, 1994, p. VIII).

A interação entre presente e passado durante o Medievo ocorreu de forma constante manifestando-se em diversos âmbitos, principalmente no literário. A utilização do passado de acordo com as necessidades do presente e a adaptação do presente aos exemplos do passado ocorreu naturalmente no contexto historiográfico daquela sociedade, a ponto de identificarmos diversos exemplos nas obras então produzidas e que chegaram até nós. Esta troca de informações entre os dois tempos era materializada em diversos objetos, como por exemplo o livro, o qual poderia conter, entre outros gêneros literários, genealogias, crônicas ou até mesmo tratados políticos. Neste sentido, devemos compreender o livro medieval como um objeto intrínseco da cultura historiográfica medieval, principalmente a partir do século XII, sempre considerando a interação entre a natureza do objeto e as informações que o mesmo apresenta (BROWN, 2007, p. 179-193).

O livro impresso possibilitava uma rápida reprodução. Esta inovação, uma das mais consideráveis ocorridas durante o medievo, também ocorreu com a tradição textual do *Livro dos Feitos*, fato que repercutiu na impressão da edição e da primeira emissão que apareceram em 1557 no Reino de Valência (GREGORI ROIG, 2007, p. 5-38). As diferenças entre os dois objetos historiográficos impressos em 1557, a

edição e a emissão, são poucas, e fazem referência a alguns elementos que veremos em seguida. Por este motivo, em nossa análise utilizamos a edição R-15398 da BNE, considerando as respectivas diferenças entre as duas impressões.

Ao estudar este objeto, Antoni Ferrando fez três afirmações com respeito aos anseios de afirmação identitária por parte dos jurados valencianos ao patrocinarem a impressão desta obra. A primeira, que os patrocinadores tiveram muito cuidado na hora de encomendar a edição e a emissão do *Livro dos Feitos* às pessoas responsáveis pela sua criação com o intuito de garantir um texto fidedigno. A segunda, o contexto no qual o texto foi impresso era absolutamente adverso à publicação da edição em valenciano no Reino de Valência, já que a quantidade da produção de textos em valenciano não era relevante. Por fim, a terceira, que se refere à decisão dos jurados em converter a obra em um texto inteligível e que representasse a fundamentação jurídica e a legitimação histórica do reino valenciano (FERRANDO, 2012, p. 240-247).

No final do século XV o Reino de Valência era singular em comparação com os outros reinos peninsulares. Nesta época, a população da cidade de Valência era numerosa, somente superada pela quantidade de habitantes de Granada. Sua prosperidade econômica era perceptível na agricultura, indústria e comércio, além de possuir uma moeda forte e estável (BERGER, 1987, p. 15-21). Além disso, neste contexto havia em Valência uma verdadeira indústria com múltiplos ateliês (BERGER, 1987, p. 35), e o desenvolvimento da impresa criou a profissão e livreiro, o trabalho em conjunto entre pequenos artesãos e grandes comerciantes e o aumento da quantidade de livros impressos e de livrarias (BERGER, 1908, p. 43-53). Devemos recordar que na Coroa de Aragão, tanto no Reino de Valência como no Principado da Catalunha, a quantidade de publicações impressas foi considerável (LAMARCA

LANGA, 1999, p. 245-257).

Entretanto, a atividade de impressão de livros não significou o desaparecimento imediato da produção ou da cópia de livros manuscritos (CHARTIER, 2005, p. 12). A própria tradição textual do *Livro dos Feitos* demonstra tal característica, pois a produção de manuscritos referente a esta tradição continuou até o final do século XVIII. De qualquer forma, a atividade de impressão mudou consideravelmente a história da leitura. Em comparação com a realidade anterior, a dos livros manuscritos, houve uma mudança qualitativa e quantitativa, já que a qualidade das impressões era visivelmente melhor que a dos livros manuscritos e também a quantidade das cópias produzidas era muito mais elevada. Esta atividade de impressão fez que a comercialização do livro aumentasse consideravelmente durante a primeira metade do século XVI no Reino de Valência (BERGER, 1908, p. 43-53).

Um aspecto desta nova realidade textual se refere à estrutura política e administrativa do território onde o livro era produzido, já que cada reino tinha uma legislação diferente. Por exemplo, os privilégios de edição não eram os mesmos em todo o território da coroa espanhola (MOLL, 2011, p. 22). Com o tempo, a multiplicação e a difusão dos exemplares provocou que a regulamentação do livro impresso se especializasse (MARTÍNEZ PASCUAL, 1998, p. 403-423).

Devemos destacar que no atelier Mey, local de impressão da edição e da emissão de 1557, também foram compostas outras obras de caráter histórico e valiosas para o Reino de Valência, como por exemplo a obra de Pere Antoni Beuter, la *Primera part de la coronica general de toda España* (*Primera parte de la Coronica general*, 1546), publicada em 1538, a compilação dos *Fueros valencianos* dos anos 1547 e 1552, impressa em 1555, e a *Crônica de Raimundo Muntaner* impressa em 1558, as quais, com a edição e a emissão do *Livro dos Feitos*, tratam sobre o rei Jaime I de Aragão e exaltam a

identidade valenciana (RUBIÉS, 1999, p. 207-235). As relações entre estas obras podem ser explicadas considerando o fato de representarem os fundamentos do Reino de Valência e também a reivindicação do idioma do território diante da centralização linguística por parte da Coroa de Castela (FERRANDO, 2012, p. 240-247). Em geral, a impressão das *Quatro Grandes Crônicas*, ao longo dos séculos XVI e XVII, demonstra que as novas elites intelectuais se interessavam por leituras sobre a consciência e identidade local, a expansão da Coroa de Aragão, a consciência histórica catalã e a perspectiva imperial (GENÍS I MAS, 2012, p. 89-90).

Os objetos que formam sua tradição textual apresentam não somente as características originais do primeiro objeto produzido pelo rei, ou seja, pelo seu *uctor* (o que na perspectiva filológica denominamos arquétipo), mas também destaca as diversas e importantes modificações/manipulações dos diversos patrocinadores/*actores*, ou seja, daqueles que os compuseram os demais objetos da tradição textual no decorrer do tempo.

Os títulos da edição e da emissão nos apresentam algumas informações:

Chronica, o commentari del gloriosíssim, e invictíssim rey en Jacme per la gracia de Deus Rey de Aragó, de Mallorques, e de València, Compte de Barcelona, e de Vrgell, e de Muntpesller: feyta e scrita per aquell en sa llengua natural, e *treyta* del Archiu del molt Magnifich Rational de la insigne ciutat de València hon staua custodiada (BNE, edição R-15398, fol. 1r, BNE).

Este fragmento nos fornece diversas informações. Indica a origem do livro manuscrito que serviu para a produção do livro impresso: o Arxiu del Rational em Valência. Em um primeiro momento poderíamos pensar, então, que este livro foi retirado do Arxiu del Rational de Valência. Por outro lado, se considerarmos o processo de produção de uma impressão no século XVI e os significados da palavra “*treyta*” – o verbo “treure” poderia

significar “fazer surgir, produzir uma coisa de uma outra”, “produzir, dar proveito” ou “obter ou produzir uma coisa em semelhança de uma outra” – (*Diccionari català-valencià-balear*),³ entenderemos que houve um processo de cópia deste exemplar do Arxiu del Rational que originou a edição impressa.

Por outro lado, a emissão apresenta um título diferente:

Chronica, o commentaris del gloriosíssim, e invictíssim rey En Jacme primer: Rey D’Aragó, de Mallorques, e de València, Compte de Barcelona e de Muntpesller. Dictada per aquell en sa llengua natural, e de nou feyta estampar per los Iurats de la insigne ciutat de València per servir ab aquella al Sereníssim senyor don Carlos, Príncep dels regnes de Castella e infant de Aragó (AGUILÓ, 1977, p. 680).

Philippe Berger apresenta dois motivos para a impressão deste texto. O primeiro foi a recordação das glórias passadas do rei Jaime I, conquistador e fundador do reino de Valência em 1238; o segundo foi a difusão do idioma no qual foi impresso, ou seja, o valenciano (BERGER, 1987, p. 181-182). Entretanto, a afirmação de Berger foi formulada considerando somente os dados históricos e identitários do território valenciano, ou seja, a vida do rei Jaime I e a sua língua natural. Neste sentido, Berger não se preocupou com as diversas partes que constituem a edição e a emissão do *Livro dos Feitos*, assim como com o contexto de produção destes dois objetos. Em outras palavras, não se preocupou em analisar a primeira edição da vida do rei Jaime I como um objeto integral que formava parte do contexto de composição do ano 1557.

No século XVI, a relevância do Reino de Valência dentro da coroa espanhola se fundamentava sobretudo na quantidade da sua população, consequência do desenvolvimento dos séculos anteriores. A prosperidade

econômica valenciana, destacada desde meados do século XV, fazia com que os reis da coroa espanhola concedessem uma especial atenção a este território. Posteriormente, a Valência do século XVI viu o estabelecimento da imprensa, fato que proporcionou um aumento da produção dos livros e fez circular mais rapidamente as ideias políticas (BERGER, 1987, p. 15-21). A impressão da edição e da emissão do *Livro dos Feitos* em 1557 forma parte de uma situação crítica no Reino de Valência, onde os problemas financeiros e políticos afetavam não somente este território, mas também toda a coroa espanhola, o que causou a bancarrota de 1557 (FUERTES e SOSA WAGNER, 2011, p. 15).

Outro fragmento que se destaca na obra é o prólogo composto pelos jurados valencianos, presente tanto na edição quanto na emissão de 1557:

Molt alt e molt poderós senyor. Gran mercè y favor ha rebut aquesta ciutat, en haver entés per los missatgers tramesos a visitar a la Sacra Cesàrea Catòlica Real Majestad de l’Emperador y Rey nostre senyor per sa benaventurada venguda, que vostra Real Alteza seria servit que li enviàsssem de ací la chrònica, o comentari del rey don Jacme conquistador gloriosíssim desta insigne ciutat e regne, e lo retrato del sapientíssim rey don Alfonso III, predecessors invictíssims de vostra Real Alteza. Perquè si de P. Scipiò e Q. Fabio se troba scrit que de veure e contemplar les imatges de personnes il·lustres se incitaren a coses molt preclares: y lo mateix se llig féu Júlio Cesar, vista la imatge del gran Alexandre. No menys s’á de creure y sperar de vostre Real ànimo y en tant tendra edat tant altament inclinat, sinó que vistes y enteses les azanyes de tant alt y valerós Príncep, ha de vençre e sobrepujar sos antepassats, encara que molt gloriosos y de admirable recordacio, y fer a esta ciutat y regne no menors mercès y favors que lo Christianíssim conquistador? Y perquè història tan cathòlica y tant notable no estiga con fin ací oblidada a molt gran dany de la cosa pública, se ha treballat ab tota vigilància de stampar

³ Vegeu “treure” en *Diccionari català-valencià-balear* (<http://dcvb.iecat.net>) els significats 8, 9 i 11.

aquella en la mateixa llengua materna que per dit Rey fonch feta y dictada, *a exemple del gran Júlio Cèsar*, a nom y protectió de vostra Real Alteza, puix que ad aquella mèritament se deu, *no sols per la descendència y successió natural*, però encara per la particular affectió que té de llegir y entendre semblants hystòries dignes de gran admiració y de Christianíssim exemple. Nostre senyor tant ínclito y preclaro ànim y tant altes inclinacions guie, prospere y felicite en dies bons de sa Sacra Cesàrea Catòlica Real Majestad y de sa Real Alteza com per estos sos súbdits és desitjat, ab augment de majors estats. De València, a VII de maig, any M.D.L.VII. De vostra Altesa molt affectats súbdits qui les sues reals mans besen, Los Iurats de Valencia (BNE, edição R-15398, fol. 2r).

A leitura do prólogo dos jurados de Valência nos transporta ao ano 1557, segundo ano do reinado de Felipe II. De acordo com o fragmento acima, os jurados de Valência foram os patrocinadores do livro impresso. Se por um lado temos como destinatário da edição os cidadãos do reino e o destinatário da emissão o futuro herdeiro Carlos de Habsburgo, temos como patrocinadores somente um personagem, ou seja, os jurados valencianos. Foram eles que solicitaram o trabalho de impressão no ateliê Mey, já que fazia tempo que havia uma boa relação entre os jurados e este âmbito de produção. Os jurados valencianos consideravam Joan Mey Flandro um bom profissional, até ao ponto de solicitar o seu retorno à cidade de Valência quando se mudou para Alcalá de Henares (GREGORI ROIG, 2007, p. 20). A relação entre o ateliê familiar de Joan Mey Flandro e os magistrados municipais nos permite concluir que estes se interessavam pelas obras referentes ao Reino de Valência e necessitavam um local para empreender suas impressões sobre o passado histórico valenciano.

O retrato do rei Afonso o Magnânimo, citado no prólogo, apresentado como III de Valência, nos remete à relação que este rei tinha com o reino valenciano. Não podemos esquecer

que durante o seu reinado o Reino de Valência disfrutou de uma boa relação com a dinastia dos Trastâmara. Foi durante o seu reinado que se consolidou a *Diputació del General* ou *Generalitat* como instituição permanente de governo (MUÑOZ POMER, 1983, p. 93-118). Além disso, a recepção que a cidade de Valência preparou para o rei foi considerado um espetáculo organizado pelos jurados. As festas reais introduziram a imagem da renovação do contrato de fidelidade entre o rei e o povo e se tornaram um ato de afirmação local com a realeza. Um exemplo pode ser encontrado em 1428, quando os jurados da cidade suplicaram ao rei Afonso III a transformação da festa de celebração da entrada do exército do rei Jaime I de Aragão na cidade em uma celebração cívica e patriota. Neste sentido, a decisão do rei vinculou a dinastia dos Trastâmara com o reino mediante a exaltação do passado histórico do território (VIZCAÍNO, 1994, p. 231-290). Devemos entender algumas questões referentes ao significado destas festas. Tinha a função de celebrar a origem da cidade que remontava à conquista do rei Jaime I de Aragão. Posteriormente, o significado foi modificado para uma relação com o governo do momento, ou seja, o vinculavam com o tempo passado. Desta forma, ao recordar o rei Jaime I de Aragão recordavam também os Furs, o instituidor dos quais fora este rei, e eram apresentados ao governante atual com o objetivo de exaltar e relembrar as origens históricas do Reino de Valência (LÓPEZ ELUM, 2001).

Os motivos da impressão da edição e da emissão do *Livro dos Feitos* de 1557 encontram-se em questões que configuravam o contexto de composição do mesmo. Estas questões eram a transição do governo de Carlos I a Felipe II, a educação do príncipe Carlos de Habsburgo, a utilização do gênero literário espelho de príncipes, a bancarrota da coroa espanhola e a pressão fiscal da coroa espanhola sobre o Reino de Valência: todos estes aspectos foram identificados pelos jurados valencianos, os quais

foram os patrocinadores impressão da edição e da emissão do *Livro dos Feitos* em 1557. Com esta atitude, desejavam resgatar o passado medieval do território e exaltar a personalidade do rei Jaime I.

O motivo da impressão da edição de 1557, destinada aos cidadãos do reino (BNE, edição R-15398, fol. 1r), refere-se a um resgate do passado territorial valenciano no qual o rei Jaime I era o referente político, jurídico e identitário do reino. No que se refere à emissão, destinada ao herdeiro Carlos de Habsburgo (AGUILÓ, 1977, p. 680), devemos interpretá-la como uma tentativa de ensinar ao futuro rei da Coroa de Aragão a história do Reino de Valência; entretanto, tal tentativa seria não somente ensinar a história, mas também a origem e a formação do reino valenciano que teve como principal personagem o rei Jaime I de Aragão. No contexto de composição deste objeto a casa dos Áustrias entronizava o segundo rei da dinastia, Felipe II, o qual estava preocupado em assegurar a continuidade da dinastia com a designação do seu então único filho, Carlos de Habsburgo, que em 1556 foi jurado como herdeiro do trono castelhano. Portanto, ao ler a história do reino, o príncipe Carlos de Habsburgo, futuro rei de Valência, estaria em contato com os feitos do seu antepassado o rei Jaime I, a história do qual era vista como um espelho de príncipes.

Com tais modificações, estes se apropriaram do “eu” do *auctor* original e utilizaram-no em seus contextos para diversos motivos: estabelecer uma relação entre o presente e o passado estritamente para fins políticos, resgatar a memória de um antepassado e utiliza-la em um contexto de necessidade política, recuperar a vida de um antepassado para se opor a um contexto político atual, idealizar e mitificar um passado territorial estabelecendo uma conexão entre suas origens e o contexto de identidade nacional e reivindicar direitos adquiridos em um passado em contraposição aos problemas políticos contemporâneos.

Considerando os dados destes objetos e interpretando-os de acordo com o contexto de composição, podemos afirmar que tanto as impressões da edição e da emissão foram motivadas por uma necessidade política, já que os objetos compostos tinham como destinatários os cidadãos conselheiros do reino (no caso da edição) e o futuro herdeiro do trono (no caso da emissão).

Neste contexto, a conveniência em editar um texto era confirmada não somente pelos acontecimentos anteriores à transição de reinado, mas também pelos posteriores, relacionados com a pressão fiscal que a coroa espanhola exercia sobre o reino valenciano. A publicação da edição destinada aos representantes do reino tinha como objetivo fazer reviver o passado histórico e jurídico do território, que havia começado com o rei Jaime I, conquistador da cidade de Valência em 1238 e protagonista da obra impressa. Ademais, diante da castelhanização de Felipe II, a emissão, destinada ao seu filho Carlos de Habsburgo, ajuda a estabelecer o *significado histórico* da emissão do *Livro dos Feitos*: um objeto destinado à educação do futuro rei e que lhe serviria como espelho de príncipes.

A impressão das memórias do rei fundador do reino valenciano, o seu envio aos representantes do reino e ao futuro herdeiro da coroa devem ser vistos não somente como uma exaltação da língua e do passado histórico valenciano devido ao contexto de crise do momento, mas também como uma tentativa de aproximar o futuro rei do Reino de Valência, fato que não ocorreu com Felipe II. Neste sentido, a edição e a emissão de 1557 adquirem atributos que devem ser interpretados em função de seus significados históricos: a impressão de um objeto significativo para a história do território valenciano e o estabelecimento dos fundamentos históricos e jurídicos proporcionados pelo rei Jaime I ao reino valenciano.

Conclusão

No século XVI, a relevância do Reino de Valência fundamentava-se sobretudo na quantidade da sua população, consequência do desenvolvimento dos séculos anteriores. A prosperidade econômica, destacada desde meados do século XV, fazia com que os reis dessem uma atenção especial ao território. Concomitantemente, a Valência do século XVI conheceu a novidade da imprensa, um fato que proporcionou o aumento da produção de livros e fez circular mais rapidamente as ideias e os pensamentos.

A impressão da edição e da emissão do *Livro dos Feitos* em 1557 forma parte de uma situação crítica no Reino de Valência, onde os problemas financeiros e políticos afetavam não somente este território, mas também toda a Coroa Espanhola, o que causou, de certa forma, a bancarrota de 1557. A impressão da edição e da emissão do *Livro dos Feitos* do rei Jaime I encontram-se inseridas em um contexto de utilização exemplar da história. Recordemos também o interesse dos jurados em manter, ou pelo menos difundir, a língua original do rei, imprimindo o documento da sua língua materna, e sobretudo imprimindo um aparato das palavras mais difíceis do léxico do *Livro dos Feitos*. Finalmente, os jurados recordam ao príncipe Carlos a sua vinculação direta com o rei Jaime I, já que é descendente do mesmo.

O motivo da impressão do *Livro dos Feitos* em 1557 encontra-se nas questões que configuravam o seu contexto de composição. Estas questões eram a transição do governo de Carlos I a Felipe II, a educação do príncipe Carlos de Habsburgo, o gênero literário espelho de príncipes, a bancarrota da coroa espanhola, a pressão fiscal sobre o Reino de Valência e a participação dos jurados valencianos que desejavam resgatar o passado medieval do território e exaltar a personalidade do rei Jaime I. Assim, portanto, o significado histórico da edição de 1557 refere-se a uma tentativa de

resgate do passado territorial valenciano no qual o rei Jaime I era o referente político, jurídico e identitário do reino.

No que se refere à emissão destinada ao herdeiro Carlos de Habsburgo, devemos inseri-la em uma tentativa de ensinar ao futuro rei da Coroa de Aragão a história do Reino de Valência; mas não somente a história, mas também a origem e a formação do reino que teve como personagem principal o rei Jaime I. Portanto, ao ler a história do reino, o príncipe Carlos de Habsburgo, futuro rei de Valência estaria em contato com o seu antepassado, o rei Jaime I, a história do qual deveria servir-lhe como um verdadeiro espelho de príncipes.

Considerando as informações destes objetos e interpretando-as de acordo com o contexto de composição das mesmas, podemos afirmar que a impressão tanto da edição como da emissão foram motivadas por uma necessidade política, já que os actores do *Livro dos Feitos* disseram claramente que os destinatários da edição eram os habitantes do reino e os destinatários da emissão era o futuro herdeiro do trono.

O contexto no qual surgiu o primeiro texto impresso do *Livro dos Feitos* foi mais que favorável, já que havia diversos elementos como por exemplo a difusão da imprensa, a situação do reino valenciano no momento da mudança de governo, a crise de 1557 e sobretudo a educação do futuro rei, o pai do qual era acusado de ter uma influência castelhana e de estar distante da política do reino valenciano. São questões que predispunham a acolher o desafio que supunha a impressão do *Livro dos Feitos*, recuperando a vida do seu personagem principal, a qual serviu como referente político, jurídico e identitário, assim como exemplo para o próximo governante.

Neste contexto, a conveniência de editar um texto em catalão era confirmada não somente pelos acontecimentos anteriores à transição de reinado, mas também pelos

posteriores, relacionados com a pressão fiscal que exercia a Coroa. A publicação destinada aos habitantes do reino valenciano tinha como objetivo fazer reviver o passado histórico e jurídico do território, que havia começado sua história com o rei Jaime I, o protagonista da obra impressa. Este era o seu significado histórico. Além disso, diante da castelhanização de Felipe II, a emissão, destinada ao seu filho Carlos de Habsburgo, com uma seção de “declaração de palavras obscuras” ajuda a definir o significado histórico da emissão do *Livro dos Feitos*: um objeto destinado à educação do futuro rei e que havia de servir-lhe como espelho de príncipes.

A impressão das memórias do rei fundador do reino, o seu envio aos habitantes do território e ao futuro herdeiro da coroa não somente devem ser vistos como uma exaltação da língua e do passado histórico valenciano devido ao contexto de crise do momento, mas também como uma tentativa de aproximar o futuro rei ao Reino de Valência, fato que não ocorreu com Felipe II. Neste sentido, a edição e a emissão de 1557 adquirem alguns atributos que devem ser interpretados em função de seus significados históricos: a impressão de um livro, a referência aos temas da Antiguidade e o estabelecimento dos fundamentos históricos e jurídicos que o reino disfrutava e que os reis não respeitavam.

Com a impressão da edição e da emissão do *Livro dos Feitos*, os patrocinadores se apropriaram do “eu” do *auctor* original e utilizaram-no em seus contextos para suas ações políticas, estabelecendo uma relação entre o passado e o presente estritamente para fins políticos, como por exemplo resgatar a memória do fundador do reino valenciano e utilizá-la em um contexto de necessidade política, recuperar a vida e os feitos militares de um antepassado para se opor a um contexto político atual, idealizar e mitificar um passado territorial estabelecendo uma conexão entre suas origens e o contexto de identidade nacional e reivindicar direitos adquiridos no passado em contraposição aos

problemas políticos contemporâneos. Certo é que há diferenças entre os objetos que formam a tradição textual do *Livro dos Feitos*; por outro lado, é correto afirmar que os patrocinadores e actores de tais objetos recuperaram a *auctoritas* do rei Jaime I, representada pelo constante “eu” na narrativa, o qual proporciona a autenticidade ao texto.

Neste sentido, os objetos da tradição textual do *Livro dos Feitos* são vistos como diversos *loci* nos quais os eventos do passado foram recuperados e transmitidos às gerações posteriores, sempre sendo adaptados à realidade do momento de composição. Dessa forma, a historiografia medieval e a escrita da História no medievo passam a ser vistas como elementos onde o passado e o presente faziam parte do mesmo contexto, foram materializados no mesmo objeto e adquiriram uma importância considerável no processo de construção historiográfica. Tal construção historiográfica, representada materialmente por uma determinada tradição textual, representa os diversos momentos em que fora realizada uma busca pelo passado, a qual poderia servir para diversas intenções, fossem elas políticas, historiográficas, culturais, etc... No caso da edição e da emissão do *Livro dos Feitos* de 1557 ocorreria novamente este retorno ao passado, com a intenção de recuperar um exemplo de governo para que os governantes então pudessem tê-lo como exemplo, e assim desenvolver a interação entre passado e presente com respeito à história do Reino de Valência.

Fontes documentais

Biblioteca Nacional de Espanha, edição R-15398.

Chrònica o descripció dels fets e hazanyes de l'ínclyt rey don Jaume Primer, rey d'Aragó, de Mallorques e de València, comte de Barcelona e de Muntpesller, e de molts de sos descendents. Feta per lo magnífich en Ramon Muntaner, lo qual serví axí al dit ínclyt rey don Jaume com a sos fills e descendents e·s trobà present a les cosees contengudes en la present història. En Valencia: en casa de la viuda de Joan Mey Flandro, 1558.

Furs, Carlos I, 1547, cap. 1, f. xi. Apud FELIPO ORTS, Amparo. Las visitas de inspección a la ciudad de Valencia durante el siglo XVI. *Studia Historica. Historia Moderna*, n. 25, p. 241-267, 2003.

Primera parte de la Cronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia. Donde se tratan los estraños acaescimientos que del diluvio de Noe hasta los tiempos del Rey Don Jayme de Aragón, que gano Valencia, en España se siguieron: con las fundaciones de las ciudades mas principales della, y las guerras crueles, y mutaciones de señorios que ha huuido, como por las tablas se podra ver. Compuesta por el Dotor Pero Anton Beuter, Maestro en sacra Theologia. Con priuilegio para diez años. Impresso en la muy noble ciudad de Valencia: en casa de Ioan de Mey Flandro, 1546.

Referências

AGUILÓ, Marià. Catálogo de obras en lengua catalana impresas desde 1474 hasta 1860. Barcelona: Curial, 1977.

AINAUD DE LASARTE, Joan. Jaume Sarroca i Jaume I. *Estudis Romànics*, n. 10, p. 131-136, 1962.

AURELL, Jaume. La Chronique de Jacques Ier, une fiction autobiographique. Auteur, auctorialité et autorité au Moyen Âge. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 2, n. 63, p. 301-318, 2008.

BERGER, Philippe. Développement et évolution de la librairie à Valence à l'époque de la Renaissance. In: *Actes du Ier Colloque sur le Pays Valencien à l'époque moderne*. Pau, les 21, 22 et 23 avril 1978. Université de Pau, 1908, p. 43-53.

BERGER, Philippe. *Libro y lectura en la Valencia del Renacimiento*. Vol. I. València: Alfons el Magnànim. Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1987.

BROWN, Michelle P. The Triumph of the Codex: The Manuscript Book before 1100. In: *A Companion of the History of the Book*. Edited by Simon Eliot and Jonathan Rose. London: Blackwell Publishing Ltd., 2007, p. 179-193.

CHARTIER, Roger. Mystère esthétique et matérialités de l'écrit. In: CHARTIER, Roger. *Inscrire et effacer: culture écrite et littérature (XIe-XVIIIe siècle)*. Paris: Le Seuil/Gallimard, 2005, p. 7-15.

CHARTIER, Roger. *The Order of Books*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

CHENU, Marie-Dominique. Auctor, actor, autor. *Archivum Latinitatis Medii Aevi*, n. 3, p. 81-86, 1927.

FERRANDO, Antoni. L'edició valenciana de la Crònica de Jaume I (1557): entre la resistència a la despersonalització cultural i política i l'adaptació al marc hispànic. *e Humanista/IVITRA*, n. 1, p. 240-247, 2012.

FUERTES, Mercedes i SOSA WAGNER, Francisco. *Bancarrota del estado y Europa como contexto*. Barcelona: Marcial Pons, 2011.

GENÍS I MAS, Daniel. *La "Historia de Cataluña" de Rafael de Cervera*. Vol. I. Tesi Doctoral. Universitat de Girona. Institut de Llengua i Cultura Catalanes, 2012.

GREGORI ROIG, Rosa Maria. Introducció. In: *Chronica, o commentari del gloriosíssim, e invictíssim rey en Jacme per la gracia de Deus Rey de Aragó, de Mallorques, e de València, Compte de Barcelona, e de Vrgell, e de Muntpesller: feyta e scrita per aquell en sa llengua natural, e treyta del Archiu del molt Magnífich Rational de la insigne ciutat de València hon stava custodiada. Has affixit la interpretació y exposició de les dictions obscures*, 1557. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert/Quinta Impresión, S. L., 2007, p. 5-38.

LAMARCA LANGA, Genaro. El libro y las lecturas en Valencia en la Edad Moderna. Bibliografía y estado de la cuestión. *Estudis. Revista de Història Moderna*, n. 25, p. 245-257, 1999.

LÓPEZ ELUM, Pedro. Los orígenes de los Furs de València y de las Cortes en el siglo XIII. València: Biblioteca Valenciana, 2001.

MARTÍNEZ PASCUAL, Pedro. Las pragmáticas y la industria editorial española en el reinado de Felipe II. In: *Felipe II (1527-1598): Europa y la monarquía católica*. Actas del Congreso Internacional: *Felipe II (1598-1998). Europa dividida: la Monarquía Católica de Felipe II*. Universidad Autónoma de Madrid, 20-23 de abril 1998, José Martínez Millán (dir.). Madrid: Parteluz, 1998, p. 403-423.

McKENZIE, D. F. *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MOLL, Jaime. *Problemas bibliográficos del libro del Siglo de Oro*. Madrid: Editorial Arco Libros, 2011.

MUÑOZ POMER, María Rosa. La Generalidad Valenciana vista por diutaristas y cronistas. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, n. 2, p. 93-118, 1983.

RUBIÉS, Joan Pau. La qüestió imperial en el pensament polític de la Catalunya moderna: història d'una absència. *Manuscrits*, n. 17, p. 207-235, 1999.

SPIEGEL, Gabrielle M. History, Historicism and the Social Logic of the Text. *Speculum*, n. 65, v. 1, p. 59-86, 1990.

SPIEGEL, Gabrielle M. Theory into Practice: Reading Medieval Chronicles. In: *The Medieval Chronicle*. Vol. I. Edited by Erik Kooper. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1999, p. 1-12.

TEEUWEN, Mariken. The Vocabulary of Intellectual Life in the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2003.

VIZCAÍNO, Rafael Narbona. El nueve de octubre. Reseña histórica de una fiesta valenciana (ss. XIV-XX). *Revista d'Història Medieval*, n. 5, p. 231-290, 1994.

WHITE, Hayden. Literary Theory and Historical Writing. In: *Figural Realism. Studies in the Mimesis Effect*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1999, p. 1-26.